



SICOOB

**Central das Cooperativas de Crédito
do Brasil Central, Amazônia Ocidental
e Município de Ubá.**

Demonstrações Financeiras

30 de Junho 2016

**Central das Cooperativas de Crédito do Brasil Central, Amazônia Ocidental e Município de Ubá.
Demonstrações Financeiras em 30 de junho de 2016.**

CONTEÚDO

Relatório dos Auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de sobras ou perdas	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração do fluxo de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

**Ao Conselho de Administração e Associadas da Central das Cooperativas de Crédito do Brasil Central, Amazônia Ocidental e Município de Ubá.
Goiânia, GO**

Prezados Senhores:

Examinamos as demonstrações financeiras da Central das Cooperativas de Crédito do Brasil Central, Amazônia Ocidental e Município de Ubá, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil-BACEN, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central das Cooperativas de Crédito do Brasil Central, Amazônia Ocidental e Município de Ubá em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Goiânia, 22 de agosto de 2016.

IDEA Auditores Independentes
CRC-GO 1106/0

Alexandre Lôbo Dantas
Contador CRC GO 12.517

Jackson Lara Ribeiro
Contador CRC GO 12.068



CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL CENTRAL AMAZONAS OCIDENTAL E MUNICÍPIO DE UBÁ – SICOOB-UNI

BALANÇO PATRIMONIAL DO 1º SEMESTRE EM 30 DE JUNHO 2016

CNPJ - 04.243.780/0001-51

Rua 117 esq c/118 nº 31 - Setor Sul - Goiânia - Goiás

Valores em Reais (R\$)

ATIVO				PASSIVO			
	NOTA	2016	2015		NOTA	2016	2015
Circulante		668.366.149	544.948.541	Circulante		640.443.991	536.919.562
Disponibilidades	2	233.195	1.107.514	Relações Interfinanceiras	12	625.972.057	502.354.853
Aplicações Interfinanceiras-CDI	3	544.884.784	376.583.094	Relações Interdependencias		-	25
Títulos e Valores Mobiliários	4	117.355.608	159.032.156	Outras Obrigações	13	14.471.933	34.564.684
Operações de Crédito	5	859.410	-				
(-)Prov. para Op. de Créd. Liq. Duvidosa		-21.464	-				
Outros Créditos	6	4.921.247	8.130.183				
Outros valores e bens	7	133.369	95.594	Patrimônio Líquido		46.808.590	28.140.821
				Capital Social	14 a	37.151.523	27.006.123
Não Circulante		18.886.432	20.111.842				
Realizável a longo prazo		-	4.246.093	Reserva Legal	14.b	418.771	297.711
Operações de Crédito	5	-	3.700.033	Reservas Especiais	14.c	605.303	-
(-)Prov. para Op. de Créd. Liq. Duvidosa		-	-18.500	Sobras Acumuladas Incorporadas AMOC	14.d	-	4.465
Outros Créditos	6	564.560	564.560	Sobras Acumuladas	14.d	8.632.993	832.522
Investimentos	8	15.425.908	12.905.740				
Imobilizado de uso	9	2.585.837	2.630.900				
Diferido	10	2.009	12.303				
Intangível	11	308.119	316.806				
TOTAL DO ATIVO		687.252.581	565.060.383	TOTAL DO PASSIVO		687.252.581	565.060.383

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL CENTRAL.AMAZONAS OCIDENTAL E MUNICÍPIO DE UBÁ – SICOOB-UNI
CNPJ. 04.243.780/0001-51

Demonstração das Sobras e Perdas

1º Semestre em 30 de Junho de 2016

Valores em R\$

	2016	2015
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	37.583.738	25.724.726
- Operações de Crédito	188.407	208.065
- Títulos e valores mobiliários	37.338.073	25.448.297
- Rendas de Participações	57.258	68.364
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(37.382.811)	(25.450.429)
- Dispendios de captação	(37.366.811)	(25.447.775)
- Resultado Negativos com Títulos Renda Fixa	-	(521)
- Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(16.000)	(2.133)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	200.927	274.297
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	8.432.108	565.087
- Receitas de Prestação de Serviços	185.891	425.963
- Despesas de Pessoal	(3.728.053)	(2.417.650)
- Outras Despesas Administrativas	(976.358)	(1.850.684)
- Despesas Tributárias	(25.119)	(15.358)
- Outras Despesas Operacionais	(310.559)	(7.804)
- Outras Receitas Operacionais	13.286.305	4.430.620
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(42)	(6.862)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ SOBRAS E PARTICIP.	8.632.993	832.522
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	-
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NAS SOBRAS	-	-
F.A.T.E.S	-	-
RESERVA LEGAL	-	-
RESERVA ESTATUTARIA	-	-
SOBRAS / (PERDAS) DO EXERCÍCIO	8.632.993	832.522

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL CENTRAL.AMAZONAS OCIDENTAL E MUNICÍPIO DE UBÁ – SICOOB-UNI

CNPJ. 04.243.780/0001-51

Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido

1º Semestre em 30 de Junho de 2016 e 2015

(Valores em R\$)

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutaria	Sobras Acumuladas	Total
Saldos em 1º de Janeiro de 2015	20.440.957	247.707	207.490	271.074	21.167.226
Incorporação de sobras	271.074			(271.074)	-
Integralizações de Capital	6.460.162				6.460.162
Devolução de Capital					-
Aumento das Reservas por conta de incorporação AMOC		50.004			50.004
Diminuição do Fundo de Reservas com destinações confe CA			(207.490)		(207.490)
Sobras incorporadas AMOC				4.465	4.465
Sobras do Semestre				832.522	832.522
Saldos em 30 de Junho de 2015	27.172.193	297.711	-	836.987	28.306.891
Saldos em 1º de Julho de 2015	27.172.193	297.711	-	836.987	28.306.891
Incorporação de sobras					-
Integralizações de Capital	7.249.403				7.249.403
Incorporação de Juros ao Capital					-
Diminuição do Fundo de Reservas com destinações confe CA					-
Distribuição de Sobras em CC					-
Sobras do Exercício					-
Destinação das Sobras:				373.619	373.619
Reserva Legal		121.061		(121.061)	-
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social				(121.061)	(121.061)
Fundo de Reserva Estatutária			605.303	(605.303)	(0)
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	34.421.597	418.771	605.303	363.182	35.808.852
Saldos em 1º de Janeiro de 2016	34.421.597	418.771	605.303	363.182	35.808.852
Incorporação de sobras	363.182			-363.182	0
Integralizações de Capital	2.366.743				2.366.743
Sobras ou Perdas do 1º Semestre				8.632.993	8.632.993
Destinação das Sobras					-
Reserva Legal					-
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social					-
Fundo de Reserva Estatutária					-
Saldos em 30 de Junho de 2016	37.151.523	418.771	605.303	8.632.993	46.808.590

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



**CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL CENTRAL AMAZONAS OCIDENTAL E
MUNICÍPIO DE UBÁ – SICOOB-UNI
CNPJ: 04.243.780/0001-51**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

1º Semestre em 30 de Junho de 2016

(Valores em R\$)

DISCRIMINAÇÃO	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais	148.293.142	188.414.463
Sobra ajustada do semestre	8.882.896	1.177.924
Sobra do exercício	8.632.993	836.987
Depreciações e Amortizações	192.644	340.937
(Lucro)/Prejuízo na equivalência patrimonial	57.258	
(Aumento) redução nos Ativos	1.660.809	4.685.767
Relações Interfinanceiras	(468.418)	12.025.543
Operações de crédito	3.288.070	(415.341)
Outros créditos	(1.184.429)	(6.913.523)
Outros valores e bens	25.586	(10.913)
Aumento (redução) nos Passivos	137.749.437	182.550.772
Relações Interfinanceiras	147.447.455	168.709.795
Obrigações por empréstimos e repasses	80.855	-
Outras obrigações	(9.778.873)	13.840.977
Fluxo de caixa das atividades de investimento	1.203.267	(3.175.086)
Aumento dos investimentos	1.206.999	(2.018.768)
Aquisições do imobilizado	24.170	(903.334)
Aquisições do Diferido	(12.549)	(111.527)
Aquisições do intangível	(15.352)	(141.456)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	2.969.166	6.302.676
Integralizações de capital	2.969.166	6.460.162
Aumento de Capital com Sobras	-	-
Utilização das reservas estatutárias conforme CA	-	(207.490)
Aumento das Reservas Legais devido incorporação da AMOC	-	50.004
Aumento das Reservas com Sobras		
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa (depósitos bancários e títulos e valores mobiliários)	152.465.575	191.542.053
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	510.008.011	345.180.711
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	662.473.586	536.722.764
(Diminuição) Aumento do caixa e equivalentes de caixa	152.465.575	191.542.053

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de Junho de 2016 e 2015

Em reais

Contexto operacional

A **Central das Cooperativas de Crédito do Brasil Central**, constituída em 27 de agosto de 2000, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, tem por objetivo a prática de operações e exercício das atividades na área de crédito mútuo, sua finalidade é proporcionar através da mutualidade, assistência financeira aos associados em suas atividades específicas, bem como a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito.

1. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis.

a. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/1971, a lei Complementar nº 130/2009 e as normas e instruções do Bacen, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e os pronunciamentos, orientações e as interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pelo Bacen até o momento (CPC 00, 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25). As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração.

O Banco Central do Brasil aprovou a adoção dos seguintes Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC, que estão contemplados nas demonstrações contábeis:

Comitê de Pronunciamentos Contábeis -CPC	BACEN
CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração de Relatório Contábil-Financeiro	Resolução CMN 4.1444/12
CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Resolução CMN N. 3566/08
CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa	Resolução CMN N. 3.604/08
CPC 05 (R1) – Divulgação Sobre Partes Relacionadas	Resolução CMN N. 3.750/09
CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações	Resolução CMN N. 3.989/11
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Resolução CMN N. 4.007/11
CPC 24 – Evento Subsequente	Resolução CMN N. 3.973/11
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Resolução CMN N. 3.823/09

Atualmente, não é possível estimar quando o Banco Central irá aprovar os demais Pronunciamentos Contábeis do CPC e tampouco se sua utilização será de forma prospectiva ou retrospectiva. Com isso, ainda não é possível estimar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações financeiras da Cooperativa Central de Crédito do Brasil Central.

b. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas adotadas pela Cooperativa para o registro das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras estão descritas abaixo.

b.1 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado pelo regime contábil de competência.

b.2 Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro das estimativas contábeis, quando aplicável. As contas sujeitas a aplicação de estimativas e julgamento incluem: à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Dessa forma os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas utilizadas. Entretanto, a Administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas periodicamente e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas.

b.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN n. 3.604/08, incluem caixa, depósitos bancários e investimento de curto prazo de alta liquidez com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

b.4 Aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários e relações interfinanceiras – ativo

Aplicação interfinanceira de liquidez:

São registradas pelo montante aplicado, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

Títulos e Valores Mobiliários:

De acordo com a Circular Bacen n. 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração da Cooperativa, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

i. Títulos para negociação - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente, de forma ativa, sendo ajustados a valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.

ii. Títulos mantidos até o vencimento - Títulos e valores mobiliários adquiridos com a intenção de serem mantidos até o vencimento, baseado em estudos de capacidade financeira, sendo contabilizado ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos.

iii. Títulos disponíveis para venda - Títulos e valores mobiliários que não são classificados como “títulos para negociação” nem como “mantidos até o vencimento”. Esses títulos são ajustados a valor de mercado, sendo o resultado do ajuste, líquido dos efeitos tributários, registrado em conta destacada do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado.

b.5 Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração o manual de crédito, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN N. 2682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo). As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são

baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente do seu nível de risco, somente serão reconhecidas no resultado após o seu efetivo recebimento.

A operação renegociada é mantida no mínimo no mesmo nível de risco em que estava classificada antes da renegociação e aquela que estava anteriormente registrada como prejuízo passa a ser classificada como de risco nível "H". Somente é realizada a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança da classificação de risco.

b.6 Devedores por depósitos em garantia

Quando por determinação judicial ou por orientação da assessoria jurídica a administração da cooperativa, efetua depósitos judiciais para suportar passivos contingentes.

b.7 Investimentos

A participação societária em sociedade cooperativa e os outros investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzido conforme o caso, de provisões para perdas. A participação societária em sociedade controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial. (nota explicativa 08).

b.8 Imobilizado de uso

As imobilizações de uso são demonstradas pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, aplicando-se taxas que contemplem a estimativa de vida útil-econômica dos bens.

b.9 Intangível

Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados pelo método linear em função do prazo dos benefícios futuros esperados.

b.10 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não financeiros são revistos semestralmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável (teste de impairment).

Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperável.

b.11 Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Registradas pelo montante dos recursos das filiadas (cooperativas singulares) e incluem os encargos e variações monetárias até a data do balanço (nota explicativa N. 12).

b.12 Obrigações por empréstimos e repasses

Atualizadas pelos encargos contratados até a data do balanço.

b.13 Demais ativos e passivos

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, não superando o valor de mercado. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

b.14 Provisões e Passivos contingentes

Provisões – São constituídas como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

Passivos contingentes – São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para a liquidação das ações e, quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras e as ações com chances de perda remota não são divulgadas.

b.15 Segregação do circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a doze meses estão classificados no circulante, e os com prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

b.16 Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o estabelecido pelo CPC 03 (R2).

2. Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades em caixa, depósitos em bancos, aplicações interfinanceiras de liquidez-CDI e títulos e valores mobiliários são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendido às determinações da Resolução CMN nº 3.604/2008.

Caixa e Banco	2016	2015
Caixa	2.710	8.417
Depósitos em Bancos	230.485	1.099.097
Total	233.195	1.107.514

3. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

(a) Composição por tipo de aplicação e vencimento

Certificado de Deposito Interfinanceiro	TAXA	VENCIMENTO	2016
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI ¹	101%	02/04/2018	10.339.352
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI ¹	93%	17/03/2017	51.510
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI ¹	93%	23/03/2017	43.268
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI ¹	93%	24/03/2017	2.262.992
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI ¹	93%	24/03/2017	92.718
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI ¹	93%	24/03/2017	92.718
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI ¹	93%	24/03/2017	123.624

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI¹	93%	24/03/2017	123.624
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI¹	93%	24/03/2017	154.530
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI¹	93%	28/03/2017	74.174
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI¹	93%	28/03/2017	123.624
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI¹	93%	28/03/2017	133.926
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI¹	93%	28/03/2017	154.530
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI¹	93%	23/03/2018	1.239.260
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI¹	101%	13/02/2017	47.093.052
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI¹	101%	27/03/2017	29.460.489
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI¹	101%	12/06/2017	13.807.504
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI¹	101%	16/06/2017	17.232.866
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI¹	101%	19/06/2017	11.476.808
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI¹	101%	19/06/2017	17.197.577
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI¹	101%	30/06/2017	26.460.260
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI¹	101%	10/07/2017	13.659.705
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI¹	101%	14/07/2017	11.365.601
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI¹	101%	17/07/2017	15.895.541
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI¹	101%	20/07/2017	22.684.653
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI¹	101%	18/08/2017	44.873.602
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI¹	101%	18/01/2018	21.233.736
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI¹	101%	29/01/2018	26.429.901
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI¹	101%	19/02/2018	10.504.972
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI¹	101%	02/03/2018	26.123.681
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI¹	101%	19/03/2018	15.583.143
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI¹	101%	23/03/2018	10.366.773
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI¹	101%	19/04/2018	12.328.605
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI¹	101%	02/05/2018	20.449.948
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI¹	101%	04/05/2018	5.107.073
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI¹	101%	07/05/2018	20.406.663
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI¹	101%	14/05/2018	20.363.470
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI¹	101%	16/05/2018	10.170.954
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI¹	101%	18/05/2018	10.160.184
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI¹	101%	13/06/2018	20.138.201
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI¹	101%	15/06/2018	10.058.439
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI¹	101%	18/06/2018	10.053.112
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI¹	98%	04/09/2020	419.422
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI¹	93%	21/02/2017	2.296.488
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI¹	93%	10/03/2017	414.297
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI¹	93%	21/03/2017	1.778.874
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI¹	93%	23/03/2017	226.644
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI¹	93%	24/03/2017	494.496
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI¹	93%	24/03/2017	381.174
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI¹	93%	24/03/2017	206.040
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI¹	93%	27/03/2017	206.040
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI¹	93%	28/03/2017	206.040
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI¹	93%	28/03/2017	173.074
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI¹	93%	29/03/2017	206.040

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI ¹	93%	30/03/2017	1.596.812
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI ¹	93%	02/05/2017	75.994
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI ¹	93%	02/05/2018	121.947
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI ¹	93%	02/05/2018	81.061
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez - CDI ¹	93%	21/05/2018	303.978
Total			544.884.784

¹ As aplicações de Certificado de Depósito Interfinanceiro no Banco Bancoob, remuneradas a taxa de CDI pós com vencimento em 2017/2020, foram classificadas no circulante em decorrência de que a administração poderá efetuar resgate parcial ou total quando necessário.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

(a) Composição por tipo de aplicação

	2016	2015
Letras Financeiras do Tesouro	-	3.109.471
Cotas de Fundos de Curto Prazo	34.143.421	38.439.076
Cotas de Fundos de Renda Fixa	83.212.187	117.483.609
Cotas de Fundos de Multimercado	-	-
Total	117.355.608	159.032.156

Os títulos foram adquiridos pela Instituição com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, são contabilizados pelo valor de mercado, sendo que os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre os mesmos são reconhecidos na demonstração das sobras e perdas.

As aplicações em cotas de fundos foram efetuadas Bancos Cooperativos e instituições financeiras oficiais que não apresentam risco no mercado nacional.

Em 30 de junho de 2016, referidos títulos tiveram remuneração no montante de R\$ 37.338.073 (R\$ 25.448.297 em 2015), registrado em ingressos de intermediação financeira.

5. Operações de crédito

- a) Em 30 de junho de 2016 a Central das Cooperativas de Crédito do Brasil Central possuía operação de crédito com duas singulares. Sua composição foi distribuída em conformidade com o artigo 11 da Resolução CMN 2.682/99 e artigo 3º. da Resolução CMN 2.697/00:

I – DISTRIBUIÇÃO DAS OPERAÇÕES SEGREGADAS POR TIPO DE CLIENTE E ATIVIDADE ECONÔMICA

	2016	2015
Setor Privado		
Pessoa Jurídica		
Adto a Depositante	1.069	-
Empréstimos	858.341	3.700.033
Subtotal	859.410	3.700.033
Provisão	(21.464)	(18.500)
Total	837.946	3.681.533

II – DISTRIBUIÇÃO POR FAIXA DE VENCIMENTO E NÍVEL DE RISCO (NORMAL E VENCIDO)

Nível / Percentual de Risco / Situação			Emprést/Tít. Descon/ Financiamentos	Total em 2016	Provisões em 2016
A	0,5%	Normal	175.736	175.736	879
C	3,0%	Normal	682.605	682.605	20.478
D	10,0%	Anormal	1.069	1.069	107
Total Normal			858.341	858.341	21.357
Total Vencido			1.069	1.069	107
Total Geral			859.410	859.410	21.464
Provisões					
Total Líquido					

- a) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento – operações vincendas (dias):

	Até 360 dias	Acima de 360	Total
Adto a Depositante	1.069	-	1.069
Empréstimos	858.341	-	858.341
Total	859.410	-	859.410

- b) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito:

	2016	2015
Saldo Inicial – janeiro de 2016/2015	40.163	16.413
Constituições/Reversões no Exercício	(18.699)	2.087
Total	21.464	18.500

- c) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	2016	% Carteira Total	2015	% Carteira Total
1	682.605	79,43%	3.282.606	88,72%
2	175.736	20,45%	417.427	11,28
3	1.069	0,12%	-	-
Maior Devedor	859.410	100%	3.700.033	100%

6. OUTROS CRÉDITOS

	2016		2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Serviços Prestados a Receber	-	-	71.583	-
Adiantamentos de salários	88.359	-	90.495	-
Adiantamentos p/pagtos de nossa cta	8.739	-	12.087	-
Adiantamentos por cta de imobilizações	138.234	-	1.121	-
Devedores por depósitos em garantia(i)	-	564.560	-	564.560
Impostos e contrib. a compensar	169	-	120	-
Pagamentos a ressarcir(ii)	1.047.702	-	827.102	-
Títulos e Créditos a Receber (iii)	2.255.472	-	6.085.173	-
Devedores diversos no país (iv)	1.382.572	-	1.042.502	-
Total	4.921.247	564.560	8.130.183	564.560

(i) Refere-se a bloqueio judicial para contingência trabalhista;

(ii) Os valores registrados na rubrica “Pagamentos a ressarcir” referem-se basicamente ao rateio das despesas de treinamentos e custeio da Cooperativa, que serão ressarcidos pelas associadas (cooperativas singulares);

(iii) Os valores registrados na rubrica “Títulos e Créditos a Receber” tem sua composição constituído por valores do FGD – Fundo Garantido de Depósitos e será recebido no mês de agosto de 2016.

(iv) Os valores registrados na rubrica “Devedores diversos no país” referem-se, a valores da compe própria do movimento das singulares que serão regularizados no mês seguinte.

7. OUTROS VALORES E BENS

	2016	2015
Seguros	-	520
Assinatura de periódicos	-	1.040
Manutenção e conservação	15.845	27.030
Contribuição Sindical Patronal	26.248	10.794
IPTU	4.440	3.225
Processamento de Dados	1.664	6.656
Vale refeição e alimentação	47.350	35.000
Vale transporte	10.723	9.110
Outros	27.099	2.220
Total	133.369	95.594

8. INVESTIMENTOS

	2016	2015
BANCOOB(i)	11.634.002	9.290.311
Marcas e Patentes	4.676	3.976

Sicoob Confederação (ii)	3.264.800	3.264.800
Unicred Brasil Central Corretora Seguros Ltda (iii)	492.430	316.653
Cotas de participação na CNAC	30.000	30.000
Total	15.425.908	12.905.740

- (i) Ações do Bancoob no montante de R\$ 11.634.002 equivalentes a 1,01% do Capital da investida, distribuídas em 2.843.577 ações ordinárias nominais e em 2.810.645 ações preferenciais nominais.
- (ii) O saldo da rubrica e referente a subscrição de capital junto ao SICOOB Confederação.
- (iii) A Unicred Brasil Central Corretora de Seguros Ltda. não tem suas demonstrações financeiras auditadas. O patrimônio líquido em 30 de junho de 2016 era de R\$ 492.430, cujo percentual de participação é de 99%. Em 30 de junho de 2015, a equivalência patrimonial calculada foi de R\$ 177.404

9. IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pela estimativa fiscal de vida útil, conforme abaixo:

	Taxa de Depreciação Amortização	2016	2015
Terrenos		550.000	550.000
Edificações	4%	1.609.612	1.609.612
Instalações	10%	103.288	106.039
Móveis e Equipamentos	10%	318.304	293.424
Sistemas de Comunicação	10%	117.352	105.241
Sistema de Processamento de Dados – Equipamentos	20%	561.883	529.583
Sistemas de Segurança	10%	25.894	21.627
	20%	86.000	
TOTAL		3.372.333	3.215.527
Depreciação Acumulada		(786.496)	(584.628)
TOTAL		2.585.837	2.630.900

10. DIFERIDO

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. As amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pela estimativa fiscal do prazo de utilização dos benefícios gerados por estes ativos, conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Amortização	2016	2015
Benfeitorias	20%	5.602	5.602
Gastos com Programas e Desenvolvimento	20%	887.832	885.372

TOTAL	893.434	890.974
Amortização Acumulada	(891.425)	(878.671)
TOTAL	2.009	12.303

11. INTANGÍVEL

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. As amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pela estimativa fiscal do prazo de utilização dos benefícios gerados por estes ativos, conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Amortização	2016	2015
Ativos Intangíveis	20%	637.284	521.564
TOTAL		637.284	521.564
Amortização Acumulada		(329.165)	(204.759)
TOTAL		308.119	316.806

12. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS – Passivo

Composto por depósitos efetuados pelas 11 singulares na centralização financeira da **CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CREDITO DO BRASIL CENTRAL**, conforme determinado no artigo 37 da Resolução 3.859 do Conselho Monetário Nacional. O valor dos depósitos é ajustado levando em consideração a rentabilidade auferida nos investimentos realizados de acordo com a política da Instituição aprovada pelo conselho de administração.

	2016	%	2015	%
Maior depositante	373.269.957	59,63	290.727.462	57,87
Segundo maior depositante	65.890.390	10,53	52.461.714	10,44
Maiores	186.811.710	29,84	159.165.677	31,69
TOTAL DA CARTEIRA DE DEPOSITOS	625.972.057	100	502.354.853	100

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

Descrição	2016	2015
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (i)	302.765	245.992
Cotas de Capital a pagar (UMT)	2.666.248	9.879.975
Total	2.969.013	10.125.967

FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	2016	2015
Impostos e Contribuições a recolher s/ Serviços de terceiros	23.543	12.711
Impostos e Contribuições sobre Salários	190.491	173.945
Provisão para Riscos Fiscais	54.930	54.930
Total	268.964	241.586

OUTRAS OBRIGAÇÕES – DIVERSAS

Descrição	2016	2015
-----------	------	------

Fornecedores	359.386	38.108
Despesa com Pessoal	520.814	540.912
Outras Despesas Administrativas	335.743	50.106
Provisão Para Passivos Contingentes	143.944	
Credores Diversos (ii)	9.874.069	23.568.004
Total	11.233.956	24.197.131
Total Outras Obrigações	14.471.933	34.564.684

(i) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados e empregados da cooperativa, e é constituído pelo resultado dos atos não-cooperativos e **10%** das sobras líquidas do exercício, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em conta de passivo segue determinação do plano de contas do Banco Central do Brasil, denominado COSIF.

(ii) Refere-se a:

Descrição	2016	2015
Pendência a Regularizar	193.820	9.980.695
Filiadas Valores a Ressarcir	7.123.177	5.803.738
Conta transitórias	8.300	-
Cooperativa Central	2.286.554	-
Recurso Fundo Garantidor – FGD das singulares	-	7.134.534
Cobrança a Processar	262.218	649.035
Total	9.874.069	23.568.004

14. PATRIMONIO LÍQUIDO (CAPITAL, RESERVAS, SOBRAS ACUMULADAS)

a. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social subscrito e integralizado em 30/06/2016 por 11 (Onze) Cooperativas associadas atingindo o montante de R\$ 37.151.523 e em 30/06/2015 de R\$ \$ 27.006.123 por 10 (Dez) Cooperativas.

b. Reserva Legal

Representado pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, conforme inciso I do artigo 13 do Estatuto Social. Com saldo R\$ 418.771.

c. Reserva Especial.

Representado pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 50%, conforme inciso III do artigo 13 do Estatuto Social. Foi destinado o valor de R\$ 605.303.

d. SOBRAS ACUMULADAS

As sobras apuradas no encerramento do 1º Semestre de 2016 totalizam o montante de R\$ 8.632.993 (R\$ 836.987 em 2015) são distribuídas e apropriadas no encerramento do exercício, conforme o estatuto social, as normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO).

e. DELIBERAÇÃO DA AGO de 2015

As sobras apuradas no exercício de 2015, após as destinações obrigatórias de R\$ 373.618, foram integralmente incorporadas às cotas-partes das singulares, conforme Lei nº 5764/71.

f. QUADRO SOCIAL

Através da reforma estatutária a **CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CREDITO DO BRASIL CENTRAL** de Goiânia - GO procedeu a abertura do quadro social para as cooperativas de crédito de acordo com a faculdade prevista na Resolução 3.106/03.

Em 30 de junho de 2016 e 2015 o quadro social é composto por:

	2016	2015
Coop. de Médicos e demais Profissionais. da área da Saúde	4	4
Coop. de Crédito de Livre Admissão	5	5
C.E.C.M. Advogados Públicos Federais, Defensores Públicos da União e Delegados da Polícia Federal.	2	2
Total	11	11

DIVULGAÇÃO SOBRE PARTES RELACIONADAS (CPC 05 E RESOLUÇÃO CMN 3750/09)

As partes relacionadas existentes são as pessoas jurídicas filiadas a esta Central, e também a Confederação, as quais influenciam mensalmente para o resultado desta Instituição.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

a. Singulares

Na relação Central e filiadas existem direitos e deveres. Dentre os direitos destacamos: propor ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral medidas de interesse geral ou da própria filiada; votar e concorrer, nos termos dispostos no Estatuto e no Regimento Interno, aos cargos eletivos da Central das Cooperativas de Crédito do Brasil Central; demitir-se da Central quando lhe convier; beneficiar-se dos serviços que a Central das Cooperativas de Crédito do Brasil Central estiver habilitada a prestar e nas condições que forem estabelecidas nos respectivos regulamentos; dentre os deveres destacamos: subscrever e realizar as quotas-partes do capital social na Central; satisfazer pontualmente seus compromissos financeiros com a Central das Cooperativas de Crédito do Brasil Central participar da constituição do Fundo Garantidor de Depósito (FGD), participar da Centralização Financeira.

O capital social acumulado em 30 de junho de 2016 é de R\$ 37.151.523 (R\$ 27.006.123 em 2015). O rateio das despesas de funcionamento da Central das Cooperativas de Crédito do Brasil Central no 1º Semestre de 2016 foi de R\$ 4.930.174 (R\$ \$ 3.394.080 em 2015).

Na centralização financeira os rendimentos de aplicação financeira da Central das Cooperativas de Crédito do Brasil Central foram de R\$ 37.338.073 no 1º Semestre de 2016 (R\$ 25.448.297 em 2015).

b. Confederação Nacional das Cooperativas Centrais Unicreds- Unicred do Brasil

Por decisão de Assembleia Geral Extraordinária, em reunião 24 de julho de 2013 a partir de 19 de dezembro de 2013 a Central das Cooperativas de Crédito do Brasil Central desfilou-se da Federação Nacional das Cooperativas Centrais Unicreds – Unicred do Brasil.

c. Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob

A Central das Cooperativas de Crédito do Brasil Central, em decisão da Diretoria Executiva em 02 de outubro de 2013, aprovou a filiação ao SICOOB através da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob. A Administração entende que a filiação permitirá ampliar os produtos e serviços a suas singulares e cooperados.

d. Abraccinti

Com a filiação ao Sistema Sicoob, houve a mudança do sistema tecnológico de SAP para SISBR.

Até a migração total de todos os procedimentos e padronizações do sistema SISBR a Central ainda possui relação tecnológica com a Abraccinti em decorrência da gestão do SAP encerrando-se em 30/06/2015.

e. Remuneração paga a administradores

Nas Assembleias Gerais Ordinárias, realizadas anualmente, é estabelecida a remuneração para a Diretoria Executiva e para o Conselho Fiscal. No 1º Semestre de 2016 a remuneração dos administradores totalizou R\$ 685.379 (R\$ 610.701 em 2015). As cédulas de presença por dia trabalhado dedicado a Central ficaram definidas a partir de maio de 2016 em R\$ 2.050 e 2015 em R\$ 1.498.

Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos da Cooperativa Central

a. RISCO OPERACIONAL

Em cumprimento à Resolução do CMN nº 3.380/06, esta instituição implantou estrutura de gerenciamento de Risco Operacional compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da instituição, e que tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos associados a falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Esta estrutura contempla atualmente:

- a) Diretor Responsável nomeado perante órgão regulador;
- b) Política, Manual e Sistema de mensuração de riscos;
- c) Comitê de Gestão de Riscos.

Além da apuração gerencial das perdas operacionais é realizada também a apuração mensal da parcela referente ao risco operacional (Popr), uma das parcelas que compõe o PRE (Patrimônio de Referência Exigido), em atendimento à Resolução do CMN nº 3.490/07. A metodologia utilizada para apuração da parcela Popr é o BIA (*Basic Indicator Approach*).

As descrições das estruturas estão evidenciadas no site do Sicoob, e podem ser acessadas através do endereço eletrônico: www.sicoob.com.br, assim como a Política, os Manuais e os Relatórios de Risco estão disponíveis na sede da instituição.

A partir de 2014 em decorrência da filiação à Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob, as políticas, manuais e relatórios estão em revisão para total implantação e implementação das diretrizes do SICOOB.

b. RISCO DE MERCADO

A política institucional de gerenciamento de risco de mercado, visa estabelecer responsabilidades e diretrizes aplicadas à gestão de riscos de mercado e de liquidez e atender às exigências e normas legais.

Esta estrutura contempla atualmente:

- a) Diretor Responsável nomeado perante órgão regulador;
- b) Política, Manual e Sistema de mensuração de riscos;

c) Comitê de Gestão de Riscos.

Além da apuração gerencial das perdas operacionais é realizada também a apuração mensal da parcela referente ao risco operacional (Popr), uma das parcelas que compõe o PRE (Patrimônio de Referência Exigido), em atendimento à Resolução do CMN nº 3.490/07. A metodologia utilizada para apuração da parcela Popr é o BIA (*Basic Indicator Approach*).

As descrições das estruturas estão evidenciadas no site do Sicoob, e podem ser acessadas através do endereço eletrônico: www.sicoob.com.br, assim como a Política, os Manuais e os Relatórios de Risco estão disponíveis na sede da instituição.

A partir de 2014 em decorrência da filiação à Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob, as políticas, manuais e relatórios estão em revisão para migração e adaptação as diretrizes do SICOOB.

Obs: A Parcela Rban é calculada apenas para as Centrais que possuem Carteira Banking.

c. RISCO DE CREDITO

Em cumprimento à Resolução do CMN nº 3.721/09, esta instituição implantou estrutura de gerenciamento de Risco de Crédito compatível com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da instituição, e que tem por objetivo identificar, mensurar, controlar e mitigar os riscos de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Esta estrutura contempla atualmente:

Diretor Responsável nomeado perante órgão regulador;

- a) Política, Manual e Sistema de mensuração de riscos;
- b) Comitê de Gestão de Riscos.

Além da apuração gerencial do risco de crédito é realizada também a apuração mensal da parcela referente ao risco de crédito (Pepr), parcela que compõe o PRE (Patrimônio de Referência Exigido), em atendimento à Resolução do CMN nº 3.490/07.

As descrições das estruturas estão evidenciadas no site do Sicoob, e podem ser acessadas através do endereço eletrônico: www.sicoob.com.br, assim como a Política, os Manuais e os Relatórios de Risco estão disponíveis na sede da instituição.

A partir de 2014 em decorrência da filiação à Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob, as políticas, manuais e relatórios estão em revisão para migração e adaptação as diretrizes do SICOOB.

Goiânia, Goiás, 30 de junho de 2016.

Dr. Clidenor Gomes Filho
Diretor Presidente

Dr. Arnaldo de Sousa Teixeira Junior
Diretor Financeiro

Emerson Gomes Figueiredo
Contador
CRC- GO nº 14.458/S